



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DA CATEGORIA VIOLÊNCIA APLICADA AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Simone da Silva Ribeiro Gomes

s.ribeirogomes@gmail.com

IESP-UERJ

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O presente trabalho versa sobre um cruzamento escassamente trabalhado na Sociologia, o dos movimentos sociais que se desenrolam em contextos de violência rotinizada, escapando à dicotomia das abordagens clássicas da repressão e dos movimentos considerados violentos. O foco oscila entre a violência do Estado ou seu uso por parte dos ativistas, ofuscando, muitas vezes, manifestações discricionárias e outros atores participantes das dinâmicas de confronto político e formas mais complexas de imbricação das relações entre ativismo e violência. A violência, portanto, é admitida como uma categoria heurísticamente importante, enfatizando o quanto ela afeta a vida dos envolvidos, suas resistências, constrangimentos e as situações de opressão que fomenta. À diferença do tratamento habitual dado ao fenômeno da violência nas teorias dos movimentos sociais, enquadrada geralmente em sua excepcionalidade (em guerras, motins e revoluções) ou em sua temporalidade (restrita a determinado território), esse trabalho possui sua abordagem em sua permanência, como um elemento central do contexto em que se desenrolam as ações coletivas. Malgrado a existência de alguns cruzamentos analíticos entre a violência e os movimentos sociais - principalmente no que tange à repressão e aos movimentos violentos -, poucos estudos deram centralidade à rotinização da violência e como essa afeta as ações coletivas e o ativismo. Como consequência, são necessárias certas inflexões analíticas em conceitos que, originalmente foram pensados para analisar sociedades ocidentais menos estratificadas e com menores índices de desigualdades sociais.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This work draws on a scarcely worked issue on Sociology, that is, social movements that take place on routinized violence contexts, escaping the dichotomy of classical approaches that consider both repression and movements that are considered violent. It focuses on State violence or violence used by activists, overshadowing discretionary manifestations and other actors on the political confrontation, as other, more complex, imbricated forms of activism and violence. Violence is, therefore, admitted as an heuristically important category, emphasizing how violence affects the life of people, their resistances, constraints and oppressive situations it foments. Therefore, different from the habitual analytical treatment given on social movement theories, usually framed on its exceptionality (wars, riots and revolutions) or in its temporality (restricted to a certain territory), this work draws on the permanence of violence, as a central element of the context where collective actions occur. Despite the literature on violence and social movements – specially referred to violence and violent movements -, there are only a few analytical works on the centrality and routinization of violence and how it affects collective actions and activism. Consequently, a few analytical inflexions are necessary, in concepts that, originally, were thought to analyse occidental societies less stratified and with lower level of social inequalities.

Palabras clave

movimentos sociais, teoria dos movimentos sociais, violência

Keywords

social movements, social movements theory, violence



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Este trabalho é um resultado parcial de minha tese de doutoramento em Sociologia, defendida no IESP-UERJ, em 2016, intitulada “Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)”. O objetivo do presente artigo é contribuir para o debate sobre movimentos sociais, a partir da consideração dos impactos das novas formas de violência, posto que a maioria das análises sobre esse fenômeno inscreve-se nos estudos de Segurança Pública, e não da Sociologia, ocasionando análises fragmentadas e com uma tipologia estanque dos atos violentos. Os objetivos secundários do trabalho versam sobre um novo entendimento, mais dinâmico, da análise da violência quando aplicada aos movimentos sociais e ativistas.

A discussão parte de um entendimento da violência que contemple desde elementos mais objetivos – como, por exemplo, os índices de homicídios, sequestros, roubos ou desaparecimentos, e também dimensões subjetivas, como o medo experimentado por ativistas. Assim, é possível combinar tanto a violência *visível* – manifesta na criminalidade urbana, na atuação do narcotráfico e em seus efeitos em territórios periféricos – como a violência *invisível* –que transcende os dados oficiais e os casos mensuráveis pelo Estado, mas é central pela internalização da violência através do medo e pela emergência de códigos e práticas informais. A discussão busca somar-se às desenvolvidas desde a década de 1970, sobre o tema das violências de Estado na América Latina, em grande medida pelos contextos ditatoriais (Calveiro, 2012; Padros, 2012).

À diferença do tratamento habitual dado ao fenômeno da violência nas teorias dos movimentos sociais, visto em sua excepcionalidade (guerras, insurgências, motins, revoluções e outros tipos de conflito político), nosso foco de análise será a sua constância, isto é, como um elemento central do contexto em que se desenrolam as ações coletivas. De maneira que buscamos refletir sobre o impacto do ambiente político daquilo que nomearemos como *violência rotinizada*,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

uma constante na atuação dos movimentos sociais e nas possibilidades e limitações da militância nessas áreas.

II. Marco teórico/marco conceptual

A discussão realizada nesse trabalho parte das teorias sobre movimentos sociais desde a década de 1980, sobretudo no campo teórico norte-americano e europeu, principalmente pela expressão atingida nesse campo de estudos desde esse período. Os principais autores da Teoria do Confronto Político, Tarrow, Tilly, McAdam, autores notadamente envolvidos com a análise movimentalista, serão analisados junto às discussões da Segurança Pública e teorias sobre a violência.

A consideração de dois campos de estudo, tanto na Sociologia dos Movimentos Sociais, quanto nos estudos sobre Segurança Pública e Violência, é importante para esse debate, tanto para demonstrar o quão fragmentados foram os estudos realizados até então, quanto para indicar a lacuna teórica na literatura da qual partiremos.

Desta feita, se os primeiros estudos sobre movimentos sociais a adquirirem alguma relevância no debate acadêmico a partir dos anos 1970, justamente após o período de efervescência das movimentações de 1968 em várias partes do mundo, a literatura movimentalista parece ter tardado em incorporar o debate da violência em perspectivas que escapassem a repressão estatal e a violência dos movimentos. Por sua vez, a discussão nos estudos que exploram a polissemia da violência tem sido notadamente alheia à discussão sobre as ações coletivas, principalmente por conta da hipótese velada desse trabalho, de que ambientes de violência rotinizada impediriam, ou ao menos desorganizariam, as ações coletivas.

No presente trabalho, portanto, serão trazidos debates caros às duas agendas de pesquisa, de maneira que se possam aproveitar as discussões empreendidas nas teorias realizadas sobre ativismo e movimentos sociais, notadamente no que se refere à violência presente nos movimentos e performadas pelos ativistas, tanto quanto na literatura sobre violência, buscando especializar as ações empreendidas pelos sujeitos no campo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Além de uma extensa revisão bibliográfica, a metodologia empregada no trabalho foi qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas, associadas à observação participante e às incursões etnográficas. Foram realizadas vinte e sete entrevistas, no Brasil e no México, sendo vinte ativistas entrevistados na Zona Oeste do Rio de Janeiro e quatro especialistas na área da segurança pública. Ademais, três ativistas mexicanos foram entrevistados. Dentre os entrevistados, quinze eram homens e oito mulheres. Esta assimetria não revela, necessariamente, um ativismo predominantemente masculino, mas sim dificuldades de acesso e de tempo, entre outras complexidades dos contextos conflitivos pesquisados.

Deste modo, os ativistas entrevistados, homens e mulheres, tinham entre 15 e 29 anos, pertencendo a movimentos sociais distintos, muitas vezes a mais de um concomitantemente, confirmando a tendência contemporânea de uma multiposicionalidade do ativismo (Bringel, 2009). Em que pese a impossibilidade de controle nesta seleção, os jovens ativistas entrevistados eram, em sua maioria, vinculados aos seguintes eixos de atuação: educação popular; militância cultural; comunicação comunitária; partidos políticos e suas frentes de bairro; movimento LGBT; feministas; anarquistas; movimento estudantil; grupos de hip hop e militantes em uma frente de resistência da Zona Oeste. Entretanto, as falas das entrevistas não aparecem no corpo do texto, sobretudo por privilegiarmos aqui o debate teórico sobre o campo de estudos dos movimentos sociais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

A excepcionalidade e a rotinização da violência

O trabalho parte de uma discussão teórica existente que enquadra a violência no estudo dos movimentos sociais. Para tanto, definiremos os dois principais prismas analíticos existentes, que associam violência e movimentos sociais, no campo das teorias dos movimentos sociais, aqui definidos como “paradigma repressivo” e “paradigma da radicalização política”, pois oscilam entre a repressão e a criminalização dos militantes, de um lado, e as ações violentas utilizadas pelos ativistas e movimentos, de outro. Conquanto sejam importantes, eles não esgotam as possibilidades analíticas de estudo movimentalista, ofuscando a presença da *violência rotinizada*, entendida como uma possibilidade intermediária e complementar aos dois paradigmas, a ser discutida posteriormente nesse texto.

A rotinização da violência é examinada a partir da sua ancoragem nos territórios e nas ações dos sujeitos. A confluência entre discricionariedade estatal e disputa territorial entre atores diversos permite entrever as lógicas do Estado às margens, as complexas relações entre grupos de poder. Esses elementos, característicos de uma violência rotinizada, também evidenciam como ambientes, aparentemente tranquilos, mascaram violências consideradas extraordinárias em outros contextos, mas que são naturalizadas pelos seus habitantes.

No que tange à excepcionalidade da violência, é importante trazer à tona a concepção clássica de Weber (2013), sobre a monopolização da violência, que teria permitido certa pacificação dos espaços e das escalas dos Estados e uma maior centralidade da coerção estatal que prescindiria da violência física, cotidiana. Weber trabalha a gênese do Estado moderno como uma associação que extorpe os cidadãos comuns e controla os recursos.

É certo que o Estado é um ator fundamental para pensar a violência, mas sua centralidade não pode negligenciar a heterogeneidade de formas que ele assume, historicamente e em diferentes lugares, nem tampouco as disputas que, muitas vezes, ele trava com outros atores políticos por



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

território, poder e pelo controle da população. A literatura acadêmica se limitou a interpretar os fenômenos violentos, posturas defensivas e de resistência, condutas contraofensivas, como intrinsecamente estatais (TILLY, 1984). Essa tendência analítica se deve à influência da popularização do tipo ideal weberiano, segundo o qual a própria caracterização estatal é dada pela reivindicação da concentração dos meios de violência. Weber define o Estado como "a comunidade humana que dentro de um determinado território - esse 'território' é traço distintivo - reivindica para si (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física e dos meios materiais de gestão" (WEBER, 2013, p.434).

O caráter essencialmente coercitivo e violento do Estado deve, contudo, ser relativizado, pois, além da exploração e da coerção, ele também oferece, teoricamente, proteção e concessões à população (TILLY, 1985), além de forjar – em sua confluência com o território da nação – um laço de pertencimento, cultural e identitário, que permite à população uma dinâmica de identificação.

As políticas estatais dependem das formas de mediação estabelecidas, do caráter do governo, dos tipos de relações existentes com os atores sociais, políticos e econômicos. Somam-se a isso práticas específicas e os encontros e desencontros da população com os agentes estatais, isto é, com a burocracia ou o corpo policial, podendo gerar tensões importantes com o próprio Estado e seus agentes, seja pela desobediência civil ou pela “troca da proteção” (pessoal e/ou territorial), “substituindo” o Estado por outros atores, instituições e espaços locais. Assim, tanto nas periferias internas (aos Estados-nação), quanto nas *periferias externas* (no sistema interestatal capitalista), os desafios impostos pela violência ao Estado e à ação coletiva são ainda maiores, com a disputa por legitimidade entre atores e forças que não dispõem de legalidade. As ausências do Estado operam, muitas vezes, como uma forma deliberada de não-presença.

A contestação ao Estado, geralmente, não passa pela “forma-movimento” e nem sequer por projeções emancipatórias, mas por diversos formatos e tentativas de substituição, controle, regulação e autonomia individual. Amiúde, o encontro com os agentes do Estado assume não somente a forma de desencontro, mas também posições híbridas, que afetam tanto o crime organizado quanto o ativismo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O exemplo de ambientes, muitas vezes, de cumplicidade entre a milícia, os narcotraficantes e as autoridades, figuram como dados essenciais para a compreensão da sensação de medo entre os ativistas e da manutenção da ordem. Quando a violência é vivenciada com a cumplicidade estatal, a ameaça ou o uso efetivo da força aparece no ativismo, de forma mais ou menos implícita. Implícita, pois a ameaça e o medo são cruciais nos contextos de alta “acumulação social da violência” (Misse, 2008), impostos por vários atores, como a polícia e grupos criminosos, por vezes em configurações perversas.

Desse modo, dentre as práticas coercitivas presentes nos territórios analisados, muitas derivam do aumento da “paramilitarização”, com as instituições estatais, como as forças armadas e a polícia, atuando junto a organizações paramilitares. As milícias, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto concorrentes dos traficantes de drogas, em sua maioria, podem ser enquadradas nessa categoria, reduzindo as possibilidades de ação dos habitantes e dos ativistas nessa região.

Os paradigmas repressivo e criminalizante

Defenderemos que “paradigma repressivo” e o “paradigma da radicalização política” são abordagens limitadas analiticamente, pois, para além da restrição objetiva da dualidade entre um viés *criminalizante* (de movimentos cujos repertórios são vistos como violentos) ou *repressivo* (que afirma a resposta estatal violenta à militância), baseados em construções normativas do Estado e dos movimentos sociais, a violência aparece como algo excepcional. Ademais, ela assume uma forma híbrida que reforça o descrédito às leituras da existência de um “poder paralelo”, explícita na articulação do narcotráfico com o Estado, em suas muitas vertentes.

O encontro entre ativistas e o poder dado, se dá, fundamentalmente, através da repressão policial. Os agentes da repressão se tornam, nesses momentos, a face visível do Estado e, embora as estratégias e a forma como a população é reprimida mudem segundo o contexto e a tolerância da opinião pública, há também protocolos e padrões de atuação que se repetem com certa semelhança,, com o uso massivo da força e da intimidação (DELLA PORTA, 1996, 2002).

O caráter repressivo da resposta do Estado aos ativistas, é evidenciado na medida em que eles buscam constituir novos direitos, ainda que sua intensidade varie e umas sejam mais



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

disruptivas que outras. E portanto, é preciso escapar à visão das relações entre Estado/sociedade idealizada ou pessimista. Por um lado, a perspectiva que evita a abordagem do Estado como um inimigo autoritário, contra o qual se mobilizam os movimentos sociais, frequentemente negligencia o seu carácter relacional¹ (JACOBI, 1987) - posição comum em períodos de autoritarismo, como a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Por outro, a chave analítica que considera o Estado um inimigo dos movimentos tende a encobrir o seu papel de indutor de demandas, talvez pela constituição “movimentista” se formar como resposta à violência institucional, que afeta principalmente os moradores das periferias urbanas.

A repressão aos movimentos é, para Huato (2015), parte da violência inerente à lógica do capital, necessária para sua organização econômica e social. O elemento mais forte de perpetuação dessa lógica seria o Estado, considerado um instrumento político cuja função seria reprimir uma classe social. Para Tilly (1978), a repressão eleva substancialmente o custo da ação coletiva por parte dos *desafiantes*, ao passo que qualquer ato que reduza o seu custo é uma forma de *facilitação*. No processo histórico de formação dos Estados modernos europeus, ferramentas importantes para reprimir a política popular teriam sido desenvolvidas e aprimoradas, facilitadas pela divisão do trabalho, as forças repressivas foram as principais responsáveis pelo grande número de feridos e mortos e os maiores danos materiais foram produzidos pelos grupos controlados por elas (TILLY, 1990).

Para analisar a repressão, a violência deve ser considerada junto a outros fatores, atores e intercruzamentos. Para Tarrow (1994), os polos repressor e facilitador configurariam eixos distintos, porém não opostos nem necessariamente excludentes, de resposta aos movimentos sociais. De acordo com o *paradigma repressivo*, são diversos os teóricos que ora sublinham os efeitos positivos da repressão em termos de mobilização (OLIVER, 1991; RASLER, 1996; KHAWAJA, 1993; DELLA PORTA & REITER, 1998), ora destacam uma relação curvilínea, segundo a qual contextos semi-repressivos seriam os mais propensos a atos violentos. A violência extrema também pode

¹ De forma a ilustrar esse carácter relacional, vale lembrar os episódios das primeiras greves da indústria automobilística, em 1978, que combinadas à situação econômica e à instabilidade da ditadura militar, naquele período, indicavam, paradoxalmente, a incipiente democratização da sociedade, com o surgimento de outras greves em sequência (Boschi, 1987).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

auxiliar o surgimento de ações coletivas e/ou a radicalização dos repertórios, como alguns estudos buscaram demonstrar (GOODWIN, 2001; FILLIEULE, 2006). Dentre eles, os estudos que destacam a repressão aos movimentos que fazem uso da violência, como elemento facilitador da resposta estatal, desconsideram que não há uma correlação para os que se manifestam pacificamente.

Tarrow (1994) também afirma que os Estados, ao reprimirem a ação coletiva convencional e de confronto, se mostram vulneráveis às mobilizações mais discretas, que são rapidamente convertidas em recursos quando uma janela de oportunidade se abre.

A repressão é muitas vezes utilizada como um substituto de outras medidas menos custosas na esfera política, mas ela nem sempre produz o resultado esperado. Se buscam inibir as populações de agirem coletivamente, não raro acabam por fomentar a indignação e a solidariedade. Além disso, o aparato repressor não deixa muito espaço para surpresas (FILIEULE, 2010), pois, ainda que a ação coletiva assuma, por vezes, um caráter performático, na maioria dos casos, as interações se desenvolvem de forma ritualizada e a violência é contida, grande parte do tempo.

Ademais, a repressão também se dá através da criminalização das manifestações (SOUZA, 2008), que funciona de forma a desmobilizar os protestos e desestimular futuras mobilizações. A criminalização dos movimentos populares é um recurso que surge em meados do século XX e que, para muitos autores (BUHL e KOROL, 2008; FILHO, 2008; CEDANI, 2008), implica a criminalização da pobreza e dos movimentos de resistência, já fragmentados pelas políticas oficiais. A criminalização, enquanto forma de repressão, atua ainda judicializando² os militantes, em um processo repressivo mais sutil (CEDANO, op.cit.), de aparência legal, que estanca militantes e movimentos em longos processos penais, não raro resultando na mudança de foco dos coletivos e na prisão de lideranças políticas.

Já em relação ao “paradigma da radicalização política” a violência é parte de um repertório de ação coletiva, utilizada pelos ativistas a partir de manifestações públicas e justificativas. A radicalização política pode ser localizada ou difundida e dirigir-se a inimigos internos, externos ou a

² A *judicialização* deve ser entendida como um fenômeno complexo, pois também implica o uso do direito pelos movimentos sociais como um repertório de ação, ao menos desde a redemocratização no Brasil, na década de 1980, instrumentalizando o poder judiciário para fins diversos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

uma combinação de ambos. No primeiro caso, poucos grupos estão mobilizados e utilizam a violência, embora muitas vezes possam mobilizar outros. No segundo, o conflito está mais alastrado, podendo chegar a processos revolucionárias, a rupturas de regime e/ou a uma grande reação repressiva.

Ademais, as lutas contra a colonização visibilizaram a violência colonial e ao mesmo tempo, construíram significações e motivações para a luta anticolonial e anti-imperialista. Fanon (1965) demonstra como a insurgência por meio da violência pode servir como denúncia da violência originária do próprio estado de coisas. A guerrilha foi encarada como única possibilidade de vitória nas lutas anticoloniais ou contra regimes autoritários, instrumentalizando a violência de forma a romper com as assimetrias da colonização e seus monopólios econômicos, recuperando a justificativa da necessidade da “violência revolucionária”. Nessa lógica, as guerrilhas latino-americanas fundamentaram a sua radicalidade em torno da necessidade de pegar em armas para combater distintas opressões.

Na radicalização política, a violência dos movimentos aparece como a eventual instrumentalização de uma barganha política, exemplificada pela justaposição entre o direito à greve e o direito à violência, conforme sugerido por Benjamin (2012). As ações violentas, nesse sentido, poderiam se dar como resposta à recusa do Estado em restabelecer direitos retirados e, portanto, da perspectiva do operariado, haveria a possibilidade de infringir leis, de forma não pacífica, para alcançar determinados objetivos.

Na atualidade, observamos uma ampla variedade de movimentos com estratégias violentas, embora seus objetivos, formas de organização e concepções de mudança social sejam múltiplos. Isso inclui experiências muito diversas entre si, que vão desde os *Black Blocs* (que emergiram com os movimentos antimilitaristas na Europa, se difundiram com o movimento antiglobalização e tiveram bastante repercussão midiática nas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil)³; e os protestos violentos nas periferias das grandes cidades europeias, como na *banlieue* parisiense, na França (ZIZEK, 2011).

³ Sobre as táticas Black Blocs, Ludd (2002), Dupuis-Déri (2014) e Jappe (2011) podem oferecer um maior detalhamento teórico.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A violência, no paradigma da radicalização política, aparece como polarizadora das alianças e dos enfrentamentos, de maneira que as pessoas se veem compelidas a tomar partido, com o afastamento de aliados e observadores, entrando em cena o aparato repressivo estatal. Embora decisiva para esses movimentos, a ameaça de ação violenta se torna prejudicial quando aliena outros atores do sistema político, reagrupando elites em nome da *paz* e fortalecendo a resposta repressiva do Estado. Essa seria a principal razão pela qual a maioria dos ativistas teria aprendido a controlar severamente os custos da violência, limitando a mesma à deposição de regimes ou a outras situações extremas (TARROW, 1994).

Portanto, os episódios de violência prévia e de repressão desencadeada contra os movimentos são elementos analíticos importantes. A interação violenta envolve esforços governamentais para inibir ou suprimir as manifestações, através do uso de suas forças repressivas, aumentando os recursos para novas mobilizações e também as relações de causa-efeito em ambas as direções. Nesse sentido, tanto a repressão formata a mobilização quanto o contrário, sendo complexo apontar a gênese da violência, sendo, portanto, mais profícuo encarar tal arranjo como um *continuum* (TILLY, 2005), dentro de um campo relacional.

As razões pelas quais o estudo das ações coletivas parece ter se orientado exclusivamente na direção dos paradigmas da repressão e radicalização, encarando os movimentos e a violência de forma relativamente estanque, podem ser atribuídas a um caráter normativo e a um juízo político, parecendo ser mais fácil, na perspectiva estatal, criminalizar ou reprimir os movimentos. Ao passo que, se a violência é encarada como um processo complexo e multicausal, é possível perceber nuances importantes.

O incipiente debate do ativismo em contextos de violência rotinizada

Ao considerar o debate da rotinização da violência, é necessário atentar para a indefinição, sobretudo em contextos periféricos, do caráter público ou privado dos organizadores da coerção nesses contextos. É complexo apontar suas origens exclusivas, por exemplo, não se sabe qual é a exata dimensão da participação estatal nos grupos milicianos e delimitar o corpo privado do narcotráfico. E, portanto, o debate entre os desdobramentos da ação coletiva nesses espaços, demanda um



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

debate com as teorias dos movimentos sociais, assinalando suas contribuições e limitações para o entendimento da relação entre ativismo e violência.

O estudo dos movimentos sociais em contextos de violência rotinizada se deu em as análises que privilegiaram, sobretudo, contextos ditatoriais (Brysk, 1993, Della Porta e Reiter, 1998 e Acselrad, 2015). Uma aproximação já explorada tem como foco as periferias urbanas, inclusive na organização da violência nas favelas no Rio de Janeiro (GAY, 1990; LEEDS, 1996; FREIRE, 2008; MACHADO DA SILVA, 2008). No Brasil, de um modo geral, a violência e os movimentos populares foram estudados como atributos exclusivos dos regimes autoritários ou, em menor medida, das favelas, embora neste último caso nem sempre o tratamento dos movimentos sociais tenha ganhado centralidade.

A entrada dos moradores de favela na cena pública, nos anos 1940, no Brasil, se deu com a formação de uma comissão de moradores contra a remoção, uma primeira trincheira de luta pela moradia e de politização cotidiana, em ambientes ainda não ostensivamente regulados pelo narcotráfico. A luta contra a ditadura marcou uma inflexão, até a redemocratização, com o protagonismo das lutas urbanas não somente em suas demandas mais particulares, mas também conectada a cenários mais amplos da sociedade e da política nacional. Na década de 1990, a associação entre favelas e violência urbana apresentou uma nova guinada, tendo em vista o funcionamento ostensivo das facções de tráfico e a visibilidade que obtiveram os crimes cometidos nesses espaços.

No que tange à ação efetiva dos ativistas em territórios de exposição prolongada à violência, alguns autores sublinham como a crescente restrição dos ambientes, imposta pela territorialização de espaços residenciais segregados por traficantes de drogas, também afeta os ativistas dessas áreas (SOUZA, 2008; 2009). Os efeitos imediatos desse alto nível de controle são o cerceamento da liberdade e a tentativa de manipulação das associações de moradores, além dos empecilhos criados para movimentos sociais e outros mecanismos de participação popular.

A desarticulação dos ativistas, em diferentes contextos de ação e controle armados, parece ser o único consenso entre analistas. Ademais, Freire (2008) afirma que os líderes de associações comunitárias nas favelas, ou qualquer outro grupo de caráter reivindicativo, acabam por justificar



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ou amenizar a coação sofrida pelos traficantes, por exemplo, impedindo a “própria constituição de públicos que se sintam concernidos e se mobilizem na definição de problemas a serem tratados como prioridades e publicamente” (FREIRE, op.cit., p. 171).

Outros trabalhos sobre o ativismo em áreas violentas, controladas pelo narcotráfico e pelo crime organizado, foram realizados por Jimenez (2015), a partir de uma perspectiva comparada entre México e Colômbia. Diferentes movimentos sociais, em algumas comunidades desses dois países, teriam se organizado através de mecanismos de inovação democrática, como formas de resistência local a contextos violentos, apropriando-se de dispositivos institucionais criados nas últimas décadas. Esses mecanismos serviriam para a discussão de seus conflitos em redes mais amplas, que incluem o acionamento de legislações internacionais e das Convenções Internacionais dos Direitos Humanos. Dada a ineficácia das respostas governamentais aos conflitos, os grupos organizados contra grandes empresas, protegidas pelos governos e contra as organizações criminais, apresentam um desafio para as comunidades.

Na mesma linha, Colak e Pearce (2009) examinam os casos da Colômbia e da Guatemala, detendo-se nas formas de organização da sociedade civil perante a violência que esses países enfrentavam. As autoras acusam a “crise no fornecimento estatal de segurança” (ibid., p.11) como elemento fundamental para a falta de conexão entre os objetivos estatais e as necessidades dos sujeitos, agravada em contextos com alto grau de violência, nos quais suas consequências, ao invés de serem mitigadas, acabam tendo o efeito contrário, pois os métodos utilizados pela polícia e forças militares aumentam o medo e a insegurança. As respostas comunitárias se dão através de organizações comunitárias que buscam espaços livres de ação para os ativistas, deslegitimando atores violentos e buscando mudanças nos espaços locais.

Gil (2006) propõe a violência como um eixo estruturante do social, prolongando-se diferencialmente, singularizando os cenários de conflito pela presença de atores violentos e por sua relação com atores desarmados, assim pelas formas em que o Estado se impõe (como ordem ou repressão) e segundo as interações estabelecidas com as burocracias e organizações locais. A violência apareceria como um fator de configuração estatal e de (falta de) coesão social e decorreria em condições específicas para os ativistas, que podem acomodar-se, de forma a serem *invisíveis*



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para os atores violentos, refugiar-se ou resistir, em meio aos confrontos, com adaptações individuais e coletivas frente a esses contextos.

Finalmente, Loveman (1998) considera a defesa dos direitos humanos na América Latina, a partir da centralidade da repressão aos ativistas, um fator dependente da relação entre o tipo de estratégia empregada pelos agentes estatais e a densidade das redes interpessoais mobilizadas nos protestos. Neste prisma, a confiança e a existência de laços fortes e próximos de sustentação se convertem em fatores teoricamente centrais para a emergência de militâncias em contextos violentos.

Embora seja complexo distinguir, com precisão, o início da repressão às ações violentas e como isso configuraria um ambiente de tensão permanente, é preciso qualificar a junção de todos esses fatores. Dessa forma, a *rotinização da violência* pressupõe um estado de violência permanente que incide na configuração socioterritorial de maneira prolongada, levando a uma constante ambivalência nas práticas e nas representações dos sujeitos. Nelas, produz-se uma combinação e a coexistência entre o trânsito por regiões relativamente pacíficas e zonas violentas; a sensação de calma e de medo; a ressignificação constante dos diversos atores em disputa, com os quais se mantém uma relação de distância e de proximidade; a impossibilidade e as brechas para a ação coletiva.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

Dessa forma, o presente texto partiu de uma lacuna nas teorias dos movimentos sociais, que diz respeito à ausência de um enquadramento teórico que considere a violência como um fator interveniente nas ações coletivas, e não somente em sua forma de repressão estatal e violência utilizada pelos ativistas. A ideia de rotinização da violência, portanto, busca suprir esse cruzamento teórico pouco explorado nas análises, considerando atos violentos como permanentes em determinados contextos, sobretudo relativos ao narcotráfico, problema público aguçado nas últimas duas décadas.

A discussão foi orientada de forma a apresentar, portanto, ambos os paradigmas comuns ao estudo dos movimentos sociais, a saber, o paradigma repressivo e o paradigma da radicalização política, e propor um entendimento intermediário, que entenda a discussão da violência de forma permanente, e não como um mero evento na irrupção dos ativistas e movimentos sociais. A proposta de entender o amálgama de violências objetivas e subjetivas, que incluem índices de criminalidade comum, sequestros, homicídios junto à sensação de medo, uma constante em determinados territórios assolados pela violência do narcotráfico, sobretudo na América Latina.

O que a violência rotinizada em determinados contextos informa é, de certa maneira, como a organização dos atores privados e públicos violentos ocasiona uma desorganização e, por vezes, uma reorganização das ações coletivas locais. Nesse sentido, a constituição de problemas privados, relativos à forma como o Estado se organiza às margens, em territórios populares, desvela as dificuldades da constituição de problemas públicos, que implicam em ativismos pouco visíveis, em um primeiro momento.

Finalmente, buscamos, no presente texto, avançar numa agenda investigativa que leve a sério a violência como um impedidor das ações coletivas, implicando em uma reorganização das análises e tipologias do ativismo contemporâneo. O aumento expressivo dos números de assassinatos de líderes de organizações, ativistas e cidadãos envolvidos com movimentos sociais,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

notadamente na América Latina, deve orientar uma agenda de pesquisa que trate das adaptações e estratégias ativistas para sua articulação e, no limite, sobrevivência, em determinados territórios.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade: Uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lamparina, 2015.

BENJAMIN, Walter., & BARRENTO, João. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos. Revista Científica*, v. 11, p. 97-121, 2009.

BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia. Instituto Rosa-Luxemburg-Stiftung (São Paulo, Brazil), & Social Network for Justice and Human Rights (Brazil). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg-Stiftung, 2008.

CALVEIRO, Pilar (2012). *Violencias de Estado – la guerra antiterrorista y la guerra contra el crimen como médios de control global*. Buenos Aires : Siglo Veintiuno Editores.

COLAK, Alexandra; PEARCE, Jenny. “Security from Below”: Humanizing Security in Contexts of Chronic Violence. *Transforming Security and Development in an Unequal World*, IDS Bulletin Volume 40, No 2. Wiley-Blackwell, 2009, p 11-19.

DELLA PORTA, Donatella. Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In: Mc Adam, D., Mc Carthy, J. D., & Mayer, N. Z. (Eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

DELLA PORTA, Donatella, & REITER, Herbert. *Policing protest: The control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DELLA PORTA, Donatella. Comparative Politics and Social Movements, in B. Klandermans and S. Staggenborg (eds), *Methods of Social Movement Research*, Minneapolis, The University of Minnesota Press, 2002, pp. 286-313.

FANON, Franz. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FREIRE, Jussara. *Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.) *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*. Relatório de pesquisa FAPERJ, (mimeo).

FILLIEULE, Oliver. *Requiem pour un concept. Vie et mort de la notion de structure des opportunités politiques*. In DORRONSORO, Gilles (ed.), *La Turquie conteste*, Paris: Presses du CNRS, 2006.

FILLIEULE, Olivier. *Tombeau pour Charles Tilly. Répertoires, performances et stratégies d'action*, in Éric Agrikoliansky et al., *Penser les mouvements sociaux*. La Découverte. Recherches, 2010.

GOODWIN, Jeff. *No other way out: states and revolutionary movements, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GIL, Adriana Gonzales. *Acción colectiva en contextos de violencia prolongada*. *Estudios Políticos* n. 29. Medellín, Julio-diciembre, 2006.

GAY, Robert. *Toward uncivil society: causes and consequences of violence in Rio de Janeiro*. In: Arias, E. D., & Goldstein, D. M. (2010). *Violent democracies in Latin America*. Durham NC: Duke University Press, 2010.

HUATO, Román M. *Desaparecidos: violencia, impunidad y terror de Estado*. “México es una fosa clandestina”. Em MORA, M; ALBERTANI, C. (Org). *La noche de Iguala y el despertar de México – textos, imágenes y poemas contra la barbarie*. México: Juan Pablos Editor, 2015.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais urbanos numa época de transição: limites e possibilidades*. In: SADER, E. (Org) *Movimentos sociais na transição democrática* – São Paulo: Cortez, 1987.

KHAWAJA, Marwan. *Repression and popular collective action: Evidence from the West Bank*. In: *Sociological Forum*. Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers, 1993. p. 47- 71.

LOVEMAN, M. *High risk collective action – defending human rights in Chile, Uruguay and Argentina*. *American Journal of Sociology*, 104, 2, 477-525, 1998.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio (org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

JIMENEZ, Sandra H. Acciones colectivas de innovación democrática local en contextos de violencia. *Rev. Mex. Sociol, México*, v. 77, n. 1, p. 129-156, marzo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032015000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 25 fev. 2016.

LEEDS, Edward. Cocaine and parallel politics in the Brazilian Urban Periphery: constraints on local-level democratization. *Latin American Research Review*. V. 31, No 3, 47-84, 1996.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: ditaduras, segurança nacional e terror de estado. *História e Luta de Classes*, n. 4, 2012.

RASLER, Karen. Concessions, repression, and political protest in the Iranian revolution. *American Sociological Review*, p. 132-152, 1996.

SOREL, Georges. *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza Editorial, 1976.

SOUZA, Marcelo J. L. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

TARROW, Sidney. El poder en movimiento - Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Alianza Editorial: Madrid, 1994.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978. TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In *Bringing the State Back In*. Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol (Orgs). Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In *Bringing the State Back In*. Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol (Orgs). Cambridge: Cambridge University Press, 1985. TILLY, Charles. *Coerción, Capital and European States, A.D. 990-1990*. Cambridge,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mass. y Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TILLY, Charles. Repression, Mobilization, and Explanation. Em: DAVENPORT, C., JOHNSTON, H., & MUELLER, C. M. C. (2005). *Repression and mobilization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

WEBER, Max. *A Política como vocação. A ciência como vocação*. In: BOTELHO, André. (Org.). *Essencial Sociologia*. 1. ed. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

ZIZEK, Slavoj. Shoplifters of the World Unite. *London Review of Book*, 19 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/2011/08/19/slavoj-zizek/shoplifters-of-the-world-unite>. Acesso em 13 mar. 2016.